

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 1.105.738 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 10.575.299 mil e Ativos Totais de R\$ 10.620.379 mil. A Assembleia deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro

líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 700.000 mil elevando-o de R\$ 4.100.000 mil para R\$ 4.800.000 mil mediante capitalização de parte da Reserva de Lucros - Reserva Estatutária.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

ATIVO	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
CIRCULANTE	1.443.352	1.076.447	CIRCULANTE	43.856	46.110
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	255.082	511.676	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19f)	32.622	33.426
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6)	255.237	-	Dividendos a Pagar (Notas 12c e 18a)	10.504	12.599
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	-	263.442	Outras Obrigações	730	85
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 8)	890.332	-	NÃO CIRCULANTE	1.224	1.166
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 9)	-	221.238	Provisão para Impostos e Contribuições	138	123
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 18a)	41.615	79.048	Provisão para Contingências Fiscais (Nota 13)	1.086	1.043
Depósitos Judiciais (Nota 10)	1.086	1.043	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.575.299	9.478.494
NÃO CIRCULANTE	9.177.027	8.449.323	Capital Social (Nota 12a)	4.800.000	4.100.000
Realizável a Longo Prazo	1.566.962	836.464	Reservas de Lucros (Nota 12b)	5.785.647	5.390.413
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 8)	1.563.832	-	Ajuste de Avaliação Patrimonial	(10.348)	(11.919)
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 9)	-	835.457	TOTAL	10.620.379	9.525.770
Créditos Tributários (Notas 19c e 19d)	3.130	1.007			
Investimentos (Nota 11b)	7.610.065	7.612.859			
TOTAL	10.620.379	9.525.770			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	1.096.785	1.327.278
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11b)	1.096.785	1.327.278
DESPESAS OPERACIONAIS	36.392	26.578
Despesas Tributárias (Nota 15)	23.311	22.533
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16)	3.468	4.045
Despesas de Pessoal (Nota 17)	9.613	-
RESULTADOS FINANCEIROS	141.548	116.720
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 14)	141.548	116.720
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.201.941	1.417.420
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19a)	(96.203)	(91.221)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.105.738	1.326.199
Número de ações	535.796.738	535.796.738
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$	2.063,73	2.475,19

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.201.941	1.417.420
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.096.785)	(1.327.278)
Juros e Variações Monetárias, Líquidas	-	576
Lucro Líquido Ajustado	105.156	90.718
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Disponível pra Venda	(1.403.526)	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	7.826	(337.943)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação	-	(155.877)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(13.353)	(21.815)
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	1.429	(358)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados	(56.983)	(42.379)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(1.359.451)	(467.654)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	190.896	139.788
Dividendos Recebidos	924.560	677.860
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	1.115.456	817.648
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(12.599)	(13.057)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(12.599)	(13.057)
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(256.594)	336.937
Início do Exercício	511.676	174.739
Fim do Exercício	255.082	511.676
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(256.594)	336.937

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

No ano de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39): (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos em Coligadas e Controladas

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de veto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.

Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuído e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária	Próprias	Controladas		
Saldos em 31.12.2016	3.656.900	-	374.311	4.145.602	(493)	(16.465)	-	8.159.855
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	443.100	-	-	(443.100)	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(836)	5.875	-	5.039
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.326.199	1.326.199
Destinações: - Reservas	-	-	66.310	1.247.290	-	-	(1.313.600)	-
- Dividendos Propostos (Nota 12c)	-	-	-	-	-	-	(12.599)	(12.599)
Saldos em 31.12.2017	4.100.000	-	440.621	4.949.792	(1.329)	(10.590)	-	9.478.494
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	700.000	-	-	(700.000)	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(3.998)	5.569	-	1.571
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.105.738	1.105.738
Destinações: - Reservas	-	-	55.288	1.039.946	-	-	(1.095.234)	-
- Dividendos Propostos (Nota 12c)	-	-	-	-	-	-	(10.504)	(10.504)
Saldos em 31.12.2018	4.800.000	-	495.909	5.289.738	(5.327)	(5.021)	-	10.575.299

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro Líquido	1.105.738	1.326.199
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.571	5.039
Total do Resultado Abrangente	1.107.309	1.331.238

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como prática certa, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentadas na Nota 19.

2.13) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata die*).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira proativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Títulos	Em 31 de dezembro			
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de mercado a mercado
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1)	118.046	145.396	263.442	263.442
Total em 2017	118.046	145.396	263.442	263.442

(1) Referem-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 98% do DI, com vencimento em 22.3.2019.

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Títulos	Em 31 de dezembro			
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado a mercado
Letras financeiras (1)	890.332	1.563.832	2.454.164	2.462.235
Total em 2018	890.332	1.563.832	2.454.164	2.462.235

(1) Referem-se às Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., as taxas de 102% a 104% do DI, com vencimentos de 19.12.2019 a 21.3.2022, que estão classificadas como Nível 2; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
						2018	2017	2018	2017
						DN			
Cielo S.A. (1)	5.700.000	11.323.730	2.711.408	778.320	28.6482	3.222.469	3.368.357	958.480	1.162.753
Tempo Serviços Ltda.	1.575.116	2.659.890	185.791	736.554	46.7619	1.243.815	1.156.364	86.884	118.891
Tapajós Holdings Ltda.	750.000	1.515.397	189.832	137.062	27.0875	410.482	354.839	51.421	45.634
Ágio - Cielo S.A. (2)	-	-	-	-	-	2.733.299	2.733.299	-	-
Total						7.610.065	7.612.859	1.096.785	1.327.278

(1) Inclui ganho de dividendos e JCP, decorrente a variação entre a provisão de ações estimadas e ações deliberadas, na proporção de sua participação; e

(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Companhia Cielo S.A. O valor recuperável do ágio é baseado no valor de mercado das ações, para a qual não foi detectada a necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias	535.796.738	535.796.738
Total	535.796.738	535.796.738

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 700.000, elevando-o de R\$ 4.100.000 para R\$ 4.800.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutárias", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Reservas de lucros	5.785.647	5.390.413
- Reserva legal (i)	495.909	440.621
- Reserva estatutária (ii)	5.289.738	4.949.792

(i) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(ii) Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. A Diretoria fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2018	% (1)	2017	% (1)
Lucro líquido do exercício	1.105.738		1.326.199	
Reserva legal	(55.287)		(66.310)	
Base de cálculo	1.050.451		1.259.890	
Dividendos mínimos obrigatórios	10.504		12.599	
Total dos dividendos	10.504	1,0	12.599	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

O principal processo refere-se ao valor indevidamente restituído pela Receita Federal do Brasil, em função de que parte do crédito restituído, foi utilizado anteriormente em compensações, conforme informado nas PERD/COMP.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

Movimentação da provisão de contingências fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Saldo no início do período	1.043	974
Atualização monetária	43	69
Saldo no final do período	1.086	1.043

14) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	24.677	22.023
Rendimento de letras financeiras	101.254	75.821
Rendimento de aplicações em CDB	15.617	19.452
Juros ativos	43	69
Juros passivos	(43)	(645)
Total	141.548	116.720

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins	19.406	18.724
PIS	3.904	3.809
Outros	1	-
Total	23.311	22.533

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Doações e patrocínios	3.347	3.926
Editais e publicações	98	97
Serviços de terceiros	23	22
Total	3.468	4.045

17) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Honorários da Diretoria	1.800	-
Gratificações	3.060	-
Encargos sociais trabalhistas	972	-
Benefícios de empregados	3.781	-
Total	9.613	-

9) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Títulos	Em 31 de dezembro			
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado a mercado
Letras financeiras (1)	221.238	835.457	1.056.695	1.058.709
Total em 2017	221.238	835.457	1.056.695	1.058.709

(1) Referem-se às Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., as taxas de 102,75% e 102,00% do DI, com vencimentos em 20.12.2018 e 19.12.2019, que estão classificadas como Nível 2; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

10) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Depósitos judiciais - contingências fiscais	1.086	1.043
Total	1.086	1.043

18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	113	7	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.056.695	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.454.164	-	-	-
Ativos financeiros para negociação	-	263.442	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	255.237	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	41.615	79.048
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	10.504	12.599

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) Cielo S.A., Nova Paiol Participações Ltda., Quixaba Empreendimentos, Tapajós Holdings Ltda. e Tempo Serviços Ltda.

18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2018	2017	2018	2017
Rendimento de letras financeiras	101.254	75.821	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	15.617	19.452	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.201.941	1.417.420
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(408.660)	(481.923)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	372.907	451.275
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(2.096)	(904)
Juros sobre o capital próprio	(61.485)	(62.772)
Outros valores	3.131	3.103
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(96.203)	(91.221)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(96.267)	(91.286)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias	64	65
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(96.203)	(91.221)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2017	Constituição	Realização/ Baixa	2018
Perdas de investimentos	170	-	(170)	-
Provisão para contingências fiscais	123	15	-	138
Outras provisões	29	248	(29)	248
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	322	263	(199)	386
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	685	2.059	-	2.744
Total dos créditos tributários	1.007	2.322	(199)	3.130
Obrigações fiscais diferidas	123	15	-	138
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	884	2.307	(199)	2.992

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias	Imposto social	Contribuição
	de renda		Total
2019	186	67	253
2020	27	10	37
2021	27	10	37
2022	24	8	32
2023	20	7	27
Total	284	102	386

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 373 mil (2017 - R\$ 308 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Companhia possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 138 mil (2017 - R\$ 123 mil) relativas a atualização monetária de depósitos judiciais.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 32.622 mil (2017 - R\$ 33.426 mil), referem-se a contribuição social de R\$ 1.401 mil (2017 - R\$ 15.246 mil), imposto de renda de R\$ 29.116 mil (2017 - R\$ 16.785 mil), PIS de R\$ 344 mil (2017 - R\$ 232 mil), Cofins de R\$ 1.725 mil (2017 - R\$ 1.163 mil) e INSS de R\$ 36 mil.

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017;

b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.

c) CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção.

d) CPC 06 (R2) - Leasing (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativadas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.

e) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva – Contador – CRC 1SP210689/O-2

Columbus Holdings S.A.
 CNPJ 09.092.789/0001-22
 Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de março de 2019

KPMG
 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
 Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ANDORRA HOLDINGS S.A.	2
COLUMBUS HOLDINGS SA	4

certificadodigital
 um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial
 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado

 COMPRAR UM CERTIFICADO	 RENOVAR MEU CERTIFICADO	 TENHO UM VOUCHER
 CLIENTES DE GOVERNO	 INSTALAR MEU CERTIFICADO	 SUPORTE TÉCNICO

Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br



Diário Oficial Empresarial 2
 Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 57 Página 6
 São Paulo, quarta-feira, 27 de março de 2019

imprensaoficial
 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 1.105.738 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 10.575.299 mil e Ativos Totais de R\$ 10.620.379 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital

social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 700.000 mil elevando-o de R\$ 4.100.000 mil para R\$ 4.800.000 mil mediante capitalização de parte da Reserva de Lucros - Reserva Estatutária.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

	2018	2017
ATIVO		
CIRCULANTE	1.443.352	1.076.447
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	255.082	511.676
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6)	255.237	-
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	-	263.442
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 8)	890.332	-
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 9)	-	221.238
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 18a)	41.615	79.048
Depósitos Judiciais (Nota 10)	1.086	1.043
NÃO CIRCULANTE	9.177.027	8.449.323
Realizável a Longo Prazo	1.566.962	836.464
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 8)	1.563.832	-
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 9)	-	835.457
Créditos Tributários (Notas 19c e 19d)	3.130	1.007
Investimentos (Nota 11b)	7.610.065	7.612.859
TOTAL	10.620.379	9.525.770

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2018	2017
CIRCULANTE	43.856	46.110
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19)	32.622	33.426
Dividendos a Pagar (Notas 12c e 18a)	10.504	12.599
Outras Obrigações	730	85
NÃO CIRCULANTE	1.224	1.166
Provisão para Impostos e Contribuições	138	123
Provisão para Contingências Fiscais (Nota 13)	1.086	1.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.575.299	9.478.494
Capital Social (Nota 12a)	4.800.000	4.100.000
Reservas de Lucros (Nota 12b)	5.785.647	5.390.413
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(10.348)	(11.919)
TOTAL	10.620.379	9.525.770

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	1.096.785	1.327.278
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11b)	1.096.785	1.327.278
ESPESAS OPERACIONAIS	36.392	26.578
Despesas Tributárias (Nota 15)	23.311	22.533
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16)	3.468	4.045
Despesas de Pessoal (Nota 17)	9.613	-
RESULTADOS FINANCEIROS	141.548	116.720
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 14)	141.548	116.720
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.201.941	1.417.420
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19a)	(96.203)	(91.221)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.105.738	1.326.199
Número de ações	535.796.738	535.796.738
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$	2.063,73	2.475,19

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária	Próprias	Controladas		
Saldos em 31.12.2016	3.656.900	-	374.311	4.145.602	-	(493)	(16.465)	8.159.855
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	443.100	-	-	(443.100)	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(836)	5.875	-	5.039
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.326.199	1.326.199
Destinações: - Reservas	-	-	66.310	1.247.290	-	-	(1.313.600)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
- Propostos (Nota 12c)	-	-	-	-	-	-	(12.599)	(12.599)
Saldos em 31.12.2017	4.100.000	-	440.621	4.949.792	(1.329)	(10.590)	-	9.478.494
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	700.000	-	-	(700.000)	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(3.998)	5.569	-	1.571
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.105.738	1.105.738
Destinações: - Reservas	-	-	55.288	1.039.946	-	-	(1.095.234)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
- Propostos (Nota 12c)	-	-	-	-	-	-	(10.504)	(10.504)
Saldos em 31.12.2018	4.800.000	-	495.909	5.289.738	(5.327)	(5.021)	-	10.575.299

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro Líquido	1.105.738	1.326.199
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.571	5.039
Total do Resultado Abrangente	1.107.309	1.331.238

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.201.941	1.417.420
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.096.785)	(1.327.278)
Juros e Variações Monetárias, Líquidas	-	576
Lucro Líquido Ajustado	105.156	90.718
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(1.403.526)	(337.943)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Disponível pra Venda	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	7.826	-
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação	-	(155.877)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(13.353)	(21.815)
(Redução)/Aumento em Outros Obrigações	1.429	(96.203)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados	(56.983)	(42.379)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(1.359.451)	(467.654)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	190.896	139.788
Dividendos Recebidos	924.560	677.860
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	1.115.456	817.648
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(12.599)	(13,057)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(12.599)	(13,057)
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(256.594)	336,937
Início do Exercício	511.676	174.739
Fim do Exercício	255.082	511.676
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(256.594)	336,937

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Columbus Holdings S.A. ("Companhia") tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros
No ano de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39): (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).
- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos em Coligadas e Controladas
São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.
Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

Ágio (Goodwill)
O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures.
O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.
O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuído e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perdem valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias
O reconhecimento a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido
a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

11) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.
b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares) ON	Participação social - %	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
						2018	2017	2018	2017
						Cielo S.A. (1)	5.700.000	11.323.730	2.711.408
Tempo Serviços Ltda.	1.575.116	2.659.890	185.791	736.554	46,7619	1.243.815	1.156.364	86.884	118.891
Tapajós Holdings Ltda.	750.000	1.515.397	189.832	137.062	27,0875	410.482	354.839	51.421	45.634
Ágio - Cielo S.A. (2)	-	-	-	-	-	2.733.299	2.733.299	-	-
Total						7.610.065	7.612.859	1.096.785	1.327.278

(1) Inclui ganho de dividendos e JCP, decorrente a variação entre a provisão de ações estimadas e ações deliberadas, na proporção de sua participação;
(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Companhia Cielo S.A. O valor recuperável do ágio é baseado no valor de mercado das ações, para a qual não foi detectada a necessidade de redução ao valor recuperável (impairment).

b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Receitas financeiras
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.
2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não atendidos, estão apresentadas na Nota 19.

2.13) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia e parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias.....	535.796.738	535.796.738
Total	535.796.738	535.796.738

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 700.000, elevando-o de R\$ 4.100.000 para R\$ 4.800.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutárias", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 166 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Reservas de lucros.....	5.785.647	5.390.413
- Reserva legal (i).....	495.909	440.621
- Reserva estatutária (ii).....	5.289.738	4.949.792

(i) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(ii) Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. A Diretoria fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro		%	(1)
	2018	2017		
Lucro líquido do exercício.....	1.105.738	1.326.199		
Reserva legal.....	(55.287)	(66.310)		
Base de cálculo	1.050.451	1.259.889		
Dividendos mínimos obrigatórios.....	10.504	12.599		
Total dos dividendos	10.504	12.599	1,0	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se ao valor indevidamente restituído pela Receita Federal do Brasil, em função de que parte do crédito restituído, foi utilizado anteriormente em compensações, conforme informado nas PERDAS/COMP.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

Movimentação da provisão de contingências fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Saldo no início do período.....	1.043	974
Atualização monetária.....	43	69
Saldo no final do período	1.086	1.043

14) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros.....	24.677	22.023
Rendimento de letras financeiras.....	101.254	75.821
Rendimento de aplicações em CDB.....	15.617	19.452
Juros ativos.....	43	69
Juros passivos.....	(43)	(645)
Total	141.548	116.720

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins.....	19.406	18.724
PIS.....	3.904	3.809
Outros.....	1	-
Total	23.311	22.533

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Doações e patrocínios.....	3.347	3.926
Edifícios e publicações.....	98	97
Serviços de terceiros.....	23	22
Total	3.468	4.045

17) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Honorários da Diretoria.....	1.800	-
Gratificações.....	3.060	-
Encargos sociais trabalhistas.....	972	-
Benefícios de empregados.....	3.781	-
Total	9.613	-

18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa.....	113	7	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	-	1.056.695	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	2.454.164	-	-	-
Ativos financeiros para negociação.....	-	263.442	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	255.237	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber.....	-	-	41.615	79.048
Passivos				
Dividendos a pagar.....	-	-	10.504	12.599

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Cielo S.A., Nova Páuli Participações Ltda., Quixaba Empreendimentos, Tapajós Holdings Ltda. e Tempo Serviços Ltda.

Rendimento de letras financeiras..... 101.254 75.821
Rendimento de aplicações em CDB..... 15.617 19.452

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.201.941	1.417.420
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(408.660)	(481.923)
Efeito no cálculo dos tributos	793.281	935.497
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	372.907	451.275
Despesas e provisões indedutíveis liquidas de receitas não tributáveis.....	(2.096)	(904)
Juros sobre o capital próprio.....	(61.485)	(62.772)
Outros valores.....	3.131	3.103
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(96.203)	(91.221)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(96.267)	(91.286)
Impostos diferidos.....	64	65
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(96.203)	(91.221)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2017	Constituição	Realização Baixa	2018
Perdas de investimentos.....	170	-	(170)	-
Provisão para contingências fiscais.....	123	15	-	138
Outras provisões.....	29	248	(29)	248
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	322	263	(199)	386
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	685	2.059	-	2.744
Total dos créditos tributários	1.007	2.322	(199)	3.130
Obrigações fiscais diferidas.....	123	15	-	138
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	884	2.307	(199)	2.992

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2019.....	186	67	253
2020.....	27	10	37
2021.....	27	10	37
2022.....	24	8	32
2023.....	20	7	27
Total	284	102	386

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 373 mil (2017 - R\$ 308 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Companhia possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 138 mil (2017 - R\$ 123 mil) relativas a atualização monetária de depósitos judiciais.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 32.622 mil (2017 - R\$ 33.426 mil), referem-se a contribuição social de R\$ 1.401 mil (2017 - R\$ 15.246 mil), imposto de renda de R\$ 29.116 mil (2017 - R\$ 16.785 mil), PIS de R\$ 344 mil (2017 - R\$ 232 mil), Cofins de R\$ 1.725 mil (2017 - R\$ 1.163 mil) e INSS de R\$ 36 mil.

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.

c) CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção.

d) CPC 06 (R2) - Leasing (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciação/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual leasing financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.

e) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva - Contador - CRC 1SP210689/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Quando apropriado, utilizamos o julgamento profissional sobre a continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de março de 2019

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

ÓTICAS CAROL

OTICASCAROL.COM.BR

Demonstrações Financeiras				Demonstração do Resultado				
Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado				
Ativo/Circulante	Controladora		Passivo/Circulante	Controladora		Controladora		
	2018	2017		2018	2017	2018	2017	
Caixa e equivalentes de caixa	10.444	2.165	Fornecedores	4.439	1.232	Receita Líquida	59.110	54.663
Clientes	15.289	12.774	Emprestimos e financiamentos	3	19	Lucro Bruto	59.110	54.663
Clientes partes relacionadas	605	309	Salários, férias e encargos sociais	2.719	2.556	Despesas com Vendas	(7.655)	(8.454)
Despesas antecipadas	89	25	Obrigações tributárias	5.033	3.659	Despesas Administrativas	(22.289)	(19.214)
Outros créditos	6.145	258	Débitos com partes relacionadas	2.442	12.639	Lucro (Prejuízo) Operacional	29.166	26.995
Total	32.572	15.531	Total	14.636	20.105	Resultado de equivalência patrimonial	(9.149)	(12.415)
Não Circulante	Controladora		Não Circulante	Controladora		Controladora		
	2018	2017		2018	2017	2018	2017	
Clientes	-	1.846	Outras contas a pagar	4.844	5.171	Outros resultados não operacionais	(139)	(115)
Outros créditos	-	120	Débitos com partes relacionadas	-	8.300	Resultado Financeiro	1.139	(894)
Partes relacionadas	33.084	33.383	Outras Provisões	5.801	-	Lucro antes do IR e da CS	21.017	13.571
Investimentos	21.287	30.436	Contingências	39	355	Imposto de renda e contribuição social	(7.481)	(6.519)
Imobilizável	1.388	1.930	Patrimônio Líquido	10.694	13.826	Lucro do Exercício	13.536	7.052
Intangível	2.081	2.241	Capital social	114.500	114.500			
	57.840	69.956	Prejuízos acumulados	(49.408)	(62.944)			
	90.412	85.487		65.092	51.556			
Total Ativo	90.412	85.487	Total Passivo	90.412	85.487			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Diretoria				
				Ronaldo da Silva Pereira Junior Diretor Geral de Varejo				
				Luca Fadda Diretor Financeiro				
				Rafael Teixeira Custódio Contador CRC 1SP30613/O-8				
Capital social				Lucros/Prejuízos acumulados				
114.500				(62.944)				
Aumento de capital				51.556				
-				-				
Lucro do exercício				13.536				
-				(49.408)				
Em 31 de dezembro de 2018				Em 31 de dezembro de 2018				
114.500				65.092				

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 19ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

TRT 19ª Região - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 102019

PROAD-643/2019 UASG 080022 - Objeto: Contratação de empresa para realização de exames oftalmológicos e manometrias contidos no Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional deste Regional. Data da Sessão: 09.04.2019, às 10h00. Local, informações/cópias do Edital: Av. da Paz, 2076, sl. 605, Centro, Maceió-AL -